

COMPENSAÇÕES DE CARBONO

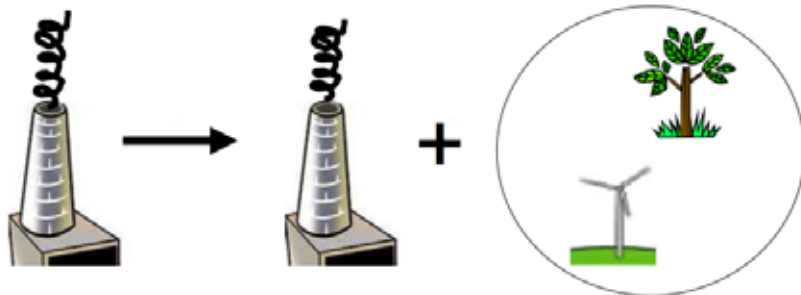
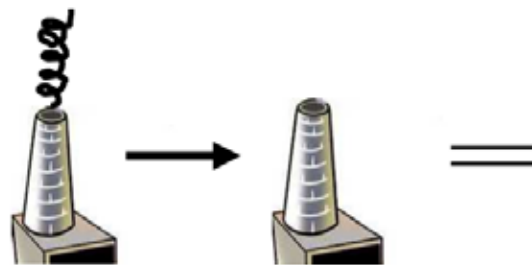
O QUE SÃO COMPENSAÇÕES DE CARBONO? As compensações de carbono são “projetos de proteção contra emissões”, criado supostamente para compensar a poluição continuada dos países industrializados do Hemisfério Norte. Esses projetos são empreendidos por empresas, instituições financeiras internacionais e governos. As compensações costumam andar em paralelo com os regimes “limitar e negociar”, em que “limitar” supostamente definiria o limite para a poluição. As compensações de carbono geram “créditos” que permitem que este limite seja ultrapassado. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo das Nações Unidas (MDL) é o maior regime de compensações com quase 1.800 projetos nos países em desenvolvimento em setembro de 2009 e mais de 2.600 outros projetos aguardando sua aprovação. Com base nos preços atuais, os créditos gerados pelos regimes aprovados valerá em torno de US\$ 35 bilhões em 2012.

Embora compensações são frequentemente apresentados como reduções nas emissões, esses projetos mudam a responsabilidade pela redução das emissões de um local para outro, normalmente dos países do Hemisfério Norte para os países do Hemisfério Sul. Isto normalmente resulta num aumento nas emissões, ao mesmo tempo em que agravam os conflitos socio-ambientais.

ENTÃO, QUAL É O PROBLEMA COM AS COMPENSAÇÕES DE CARBONO? As compensações de carbono permitem que companhias e países comprem saídas para sua responsabilidade no corte de emissões, com reduções teóricas em outro lugar. Existem dois regimes inter-governamentais – notadamente o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU (MDL) – bem como programas de voluntariado desenvolvidos em grande parte para a compra por consumidores individuais. Infelizmente ambos os sistemas possuem profundas falhas:

Transferência de responsabilidade. Compensações não reduzem as emissões na fonte, mas permitem que empresas e governos do Hemisfério Norte, que tem a responsabilidade histórica pela limpeza da atmosfera, comprem créditos de projetos do Hemisfério Sul. Esses projetos muitas vezes tornam os conflitos existentes piores para aqueles que vivem em seu entorno. Além disso, atrasam as ações nacionais no sentido de se tornarem uma nação industrializada e economicamente rica.

Vendendo histórias. A compensação possui ainda uma adicionalidade na questão do “o que teria acontecido” caso fosse oferecido às empresas poluidoras e consultorias financeiras a oportunidade de transformar histórias de um futuro desconhecido em créditos de carbono financiáveis. O resultado líquido para o clima é que a compensação tende a aumentar em vez de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, substituindo a necessidade de agir em um local por uma reivindicação teórica para agir diferentemente em outra. Além disso, países que hospedam projetos de compensação tem uma nova barreira para a implementação da legislação ambiental, uma vez que isso eliminaria a adicionalidade e, assim, cortar as receitas potenciais.



Fazendo as mesmas coisas. O valor dos projetos MDL tem como premissa a construção de toda uma série de equivalências duvidosas entre uma economia muito diferente e práticas industriais, com incertezas na comparação negligenciada para garantir que um único produto possa ser construído e trocado. Isto não altera o fato de que a queima de mais carvão e petróleo não é eliminada com a construção de mais usinas hidroelétricas, plantação monoculturas de árvores ou extração de gás metano das minas de carvão.

Compensações estouram o limite. Enquanto “limitar e negociar”, em teoria, limita a disponibilidade de licenças de poluição, projetos de compensações são licenças para imprimir novos. Quando os dois são colocados juntos, eles tendem a prejudicar uns aos outros – já que um especifica um limite e o outro o eleva. A maioria dos regimes atuais e propostos de “limitar e negociar” permitem compensações de créditos negociáveis entre si – incluindo o Regime de Comércio de Licenças de Emissões da União Européia (RCLE UE) e o “limitar e negociar” que atualmente está sendo discutido no Congresso dos EUA.

COMPENSAÇÕES DE CARBONO SUBSIDIA AUMENTO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA Uma das justificativas mais frequente para as compensações de carbono é que deveriam garantir que as reduções mais baratas são feitas primeiro. Na prática, estes tendem a ser gerados por lacunas e subsídios generosos para a implantação das tecnologias existentes, ao invés de estimular mudanças para um futuro mais sustentável.

Em setembro de 2009, três quartos dos créditos de compensações emitidos foram feitos por grandes empresas através de pequenos ajustes técnicos e em poucas instalações industriais para eliminar HFCs (gases refrigerantes) e N₂O (um subproduto da produção de fibras sintéticas). Estima-se que subsídios diretos para regular as emissões de HFC teriam custado menos de US\$ 100 milhões – ainda assim, até 2012 deverão ser gerados até US\$ 4.7 bilhões em créditos de carbono por tais projetos. Reduções de N₂O também utilizam tecnologias simples e existentes e que poderiam ser implementadas de forma mais simples através de subsídios e regulamentações.

Um segundo exemplo envolve as novas e “supercríticas” termoelétricas movidas a carvão, que foram elegíveis aos créditos de MDL desde outubro de 2007 – apesar do fato de que o carvão está entre as mais intensivas fontes de CO₂. Isto configura uma estrutura circular perversa onde, ao invés de encerrar uma rápida transição para energia limpa, o MDL subsidia a dependência do combustível fóssil através de incentivos às novas termoelétricas que utilizam carvão no Hemisfério Sul. Com os créditos que essas novas usinas irão gerar, o MDL está, ao mesmo tempo, incentivando o uso contínuo das termoelétricas movidas a carvão também no Hemisfério Norte.

COMPENSAÇÕES DE CARBONO TEM IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS NEGATIVOS

O uso da retórica “desenvolvimento” mascara a injustiça fundamental das compensações, que manipula um novo fluxo de receita para as maiores indústrias poluentes do Hemisfério Sul, enquanto simultaneamente oferece às companhias e governos do Hemisfério Norte uma maneira de atrasar mudanças nas práticas industriais e uso da energia.

Os projetos de compensações de carbono resultam frequentemente em grilagem de terras, conflitos ambientais e sociais locais, bem como a repressão às comunidades e movimentos locais. Em outras palavras, pessoas que causaram menor parcela na mudança climática são aquelas que são mais afetadas negativamente com esses projetos de “desenvolvimento”.

QUAIS IMPACTOS OS REGIMES DA NOVA NEGOCIAÇÃO TEM SOBRE OS MERCADOS DE COMPENSAÇÃO DE CARBONO E FLORESTAL?

A maioria dos compradores de ativos de créditos de compensação em 2008 eram empresas européias, que compraram 80 milhões de créditos do MDL ou de projetos de Implementação Conjunta (um regime semelhante da ONU operados em países que tem compromissos com reduções de emissões sob o Protocolo de Quioto), como outra alternativa de redução de emissões mais baratas (no âmbito do RCLE UE), ou para fins de especulação e de revenda. Este mercado está susceptível a se expandir rapidamente se a proposta do regime “limitar e negociar” dos EUA for aprovado, permitindo que empresas americanas comprem de 1 a 1.5 bilhões de créditos internacionais a cada ano. Isto poderia estimular um aumento do prejuízo dos projetos de compensações, criando enormes pressões para reduzir as já inadequadas verificações nas integridades sociais e ambientais.

PODE HAVER BONS PROJETOS? Não pode haver bons projetos de compensação. Compensações de carbono existem para se continuar com o uso e consumo de energia baseada nos combustíveis fósseis no Hemisfério Norte. São como portas de escape para evitar a responsabilidade para reduzir as emissões na fonte.

Além disso, os tipos de indústrias que estão sendo financiadas no Hemisfério Sul são as que mais causam problemas sociais e ambientais. Mesmo olhando algumas dos projetos de “energias renováveis”, torna-se claro que as comunidades locais raramente são beneficiadas por essas instalações – em muitos casos, as comunidades não recebem eletricidade de origem eólica e outras fontes de energia renovável. Tais projetos tem, muitas vezes, isolado e criminalizado as comunidades através de grilagem de terras e perseguições pelas autoridades locais.

MAS NÃO É MELHOR O COMÉRCIO DE CARBONO DO QUE NADA?

Como o comércio de carbono funciona como uma distração e até mesmo aumenta as emissões enquanto exacerba conflitos locais, não é uma questão de corrigir o crédito de carbono mas sim de tomar medidas que realmente atacam as causas reais da mudança climática.

COMO É QUE UM NOVO ACORDO CLIMÁTICO DA ONU REFORMARÁ A COMPENSAÇÃO?

Várias propostas estão na mesa, mas a ênfase é claramente sobre a intensificação da compensação para atender a crescente demanda por novos mercados de carbono. Novas “metodologias” MDL continuam a ser aprovadas – incluindo a primeira inclusão formal do biodiesel em Outubro de 2009 e que inclui as plantações de soja e palma.

Uma série de mudanças técnicas nas regras tem sido propostas que remove até mesmo o critério de fachada de “adicionalidade”. Estes incluem o uso de “linhas de base padronizada” e “listas positivas”, que poderia torná-lo mais rápido e mais fácil para desenvolvedores de projetos para conseguir a aprovação de grandes volumes de compensação sem qualquer referência a eventuais efeitos ambientais e sociais dos projetos nas localidades onde estão desenvolvidos.

Outras propostas incluem “fungibilidade plena”, ou seja a capacidade de trocar créditos de carbono dos regimes de compensação e permissões dos regimes “limitar e negociar” sem limites legais. Atualmente, o RCLE da UE exclui compensações florestais e agrícolas e os créditos de hidrelétricas que não aderem às orientações da Comissão Mundial de Barragens – uma prática que pode ser ilegal de acordo com esta proposta. Em adição, existem novas propostas de “crédito setorial” que poderiam introduzir novas compensações (veja ‘O que está em jogo em Copenhague’ ficha técnica para mais detalhes).

O QUE MOVIMENTOS E COMUNIDADES DIZEM SOBRE OS PROJETOS DE COMPENSAÇÕES?

“Qualquer outra expansão do MDL é uma desculpa para evitar reduções reais nas emissões. O MDL e o mercado de carbono são instrumentos que mercantiliza a atmosfera, promove privatizações e concentração de recursos nas mãos de poucos, tirando de muitos o direito de viverem com dignidade. MDL não são mecanismos de mitigação da mudança climática. Não é somente “carbono” ou poluição que está sendo comercializado, mas vidas humanas.”

Declaração de Encerramento do Forum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudança do Clima, COP UNFCCC 14, Poznan, Polônia, 12 de dezembro de 2008. Apresentada pelo Sr. Tom Goldtooth, da Rede Ambiental Indígena.

“Os créditos de carbono perpetuam o consumo das elites na esperança equivocada que isto pode ser compensado. MDL na Índia é dominada pelas indústrias poluidoras que continuam a prejudicar as comunidades e os ecossistemas, emite cinzas tóxicas e carbono, poluem rios e aquíferos subterrâneos. Corporações com maus registros ambientais ganham muito dinheiro através de alegações inconsistentes, não verificáveis e na maior parte alegações falsas de reduções nas emissões.”

Memorando para o Governo da Índia, Declaração conjunta da Justiça Climática Indiana e Movimentos Sociais, novembro de 2009.

“Desafiamos os Estados a abandonar falsas soluções para a mudança climática que impacta negativamente direitos, terra, ar, oceanos, florestas, águas e territórios dos Povos Indígenas. Estes incluem a energia nuclear, barragens de grande escala, técnicas geo-engenharia, “carvão limpo”, agro-combustíveis, plantações e mecanismos de mercado tais como o comércio de carbono, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e compensações florestais. Os direitos dos Povos Indígenas para proteger nossas florestas e os meios de subsistência devem ser garantidos.”

Cúpula dos Povos Indígenas sobre Mudança Global do Clima, Anchorage, Alaska, 24 de abril de 2009.

